

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA DE Nº 001/2023

Regido pelo §1º do art.14 da Lei nº 11.947/2009 e Resoluções do FNDE relativas ao PNAE, subsidiariamente, pela Lei n.º 8.666 de 21/06/93 – alterada e consolidada.

PREÂMBULO

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Acopiara/CE, designada pela Portaria nº 392/2023 de 27 de Junho de 2023, torna público para conhecimento de todos os interessados que até às **08h30min** do dia **09 de Agosto de 2023**, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Acopiara na sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Acopiara, localizada à Avenida José Marques Filho, nº 600 -Aroeira - Acopiara/CE, em sessão pública, dará início aos procedimentos de recebimento e abertura dos envelopes concernentes aos Documentos de Habilitação e às Propostas de Preços, e os projetos de venda da **CHAMADA PÚBLICA DE Nº 001/2023**, visando à **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ACOPIARA-CE**, tudo conforme especificações contidas no Edital, e, no Projeto Básico/Termo de Referência e demais anexos, e acordo com o disposto no art.14, da Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções do FNDE relativas ao PNAE, subsidiariamente, pela Lei n.º 8.666 de 21/06/93 – Alterada e consolidada e legislação complementar em vigor.

Objeto:	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ACOPIARA-CE, CONFORME PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO DO EDITAL.
Órgão interessado:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Modalidade:	CHAMADA PÚBLICA.

DEFINIÇÕES:

NESTE EDITAL SERÃO ENCONTRADOS NOMES, PALAVRAS, SIGLAS E ABREVIATURAS COM OS MESMOS SIGNIFICADOS ABAIXO:

- **CPL/COMISSÃO:** Comissão Permanente de Licitação.
- **CONTRATADA:** Proponente vencedora do processo.
- **CONTRATANTE/PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOPIARA-PMA,** através da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** - Órgão de onde se origina a presente licitação.
- **FISCALIZAÇÃO:** Caberá a Secretaria de Educação do Município de ACOPIARA;
- **PROPONENTE/INTERESSADO/LICITANTE:** Empresa que apresenta proposta para este certame.
- **ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- **PMA** – Prefeitura Municipal de ACOPIARA

INTEGRAM O PRESENTE EDITAL, OS SEGUINTE ANEXOS:

- **ANEXO I** – Projeto Básico/Termo de Referência
- **ANEXO II** – Modelo de Proposta de preços;
- **ANEXO III** – Modelo de Procuração e Declarações;
- **ANEXO IV** – Minuta do Contrato;
- **ANEXO V** – Modelo de Projeto de venda;

1 – DO OBJETO

1.1. Essa licitação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ACOPIARA-CE, CONFORME PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO DO EDITAL**, tudo conforme especificações contidas no Edital, Termo de Referência e demais anexos.

2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DOCUMENTOS EXIGIDOS

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do presente procedimento Agricultores Familiares, Empreendedores Familiares Rurais, **organizados em grupos informais/formais**, na forma da Lei da Agricultura Familiar nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

2.1.1. Serão contratados **todos** os participantes que preencherem os requisitos tratados nesse instrumento convocatório:

2.1.1.1. No caso de existência de mais de um Grupo informal/Formal participante do processo de aquisição para a alimentação escolar, terão prioridade no fornecimento o fornecedor do âmbito local, na forma do item 4.3 e seus subitens.

2.1.1.2. O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural, participante do grupo informal/formal, deverá respeitar o valor máximo de **R\$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)**, por DAP Familiar /ano/entidade executora, e obedecerá as seguintes regras:

I - Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de **R\$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)**, por DAP Familiar /ano/EEEx.

II - Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares, munidos de DAP Familiar, inscritos na DAP Jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula:

Valor máximo a ser contratado = nº de agricultores familiares (DAPs familiares) inscritos na DAP jurídica x R\$ 40.000,00.

2.1.1.3. O proponente não poderá apresentar projeto de venda que implique em contratação de valor superior ao limite previsto no subitem 2.1.1.2.

2.1.1.4. Cada interessado poderá habilitar-se a fornecer quaisquer dos produtos dispostos no Anexo I deste Edital, desde que atendidas às condições dispostas neste instrumento, podendo o mesmo optar por cotar o respectivo item em sua totalidade ou quantidade inferior.

2.2. Os interessados habilitar-se-ão ao presente processo mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados, os quais serão analisados pelo (a) Presidente quanto à sua autenticidade e ao seu prazo de validade.

DOCUMENTOS EXIGIDOS

GRUPOS FORMAIS

I) - RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA – a ser comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com o último aditivo devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Documentos de eleição e posse da diretoria em exercício, devidamente registrado no cartório de registro público de pessoas jurídicas;

II - RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA - a ser comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Provas de regularidade, em plena validade, para com:

- c.1 - a **Fazenda Federal** (quanto aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (PGFN), abrangendo inclusive as contribuições previdenciárias;
- c.2 - a **Fazenda Estadual** (quanto aos tributos estaduais do domicílio do participante);
- c.3 - a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do participante;
- c.4 - o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**;
- c.5 - a Justiça do trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT**).

III) - RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – a ser comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Cópia do extrato da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP - Pessoa Jurídica ou extrato equivalente, emitida nos últimos **60 (sessenta) dias**, conforme Resolução CD/FNDE nº 06/2020 alterada pela Resolução CD/FNDE nº 21/2021 que regem o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

IV) declaração de que os Gêneros Alimentícios a serem entregues são produzidos pelos cooperados/associados relacionados no projeto de venda, em cumprimento a Resolução CD/FNDE nº 06/2020 alterada pela Resolução CD/FNDE nº 21/2021 que regem o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

V) declaração de seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados, em cumprimento a Resolução CD/FNDE nº 06/2020 alterada pela Resolução CD/FNDE nº 21/2021 que regem o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE 15.

GRUPOS INFORMAIS

I) - RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA – a ser comprovada mediante a apresentação dos seguintes

- a) Documento de Identificação (com foto) válido, na forma da Lei;
- b) Comprovante de residência atualizado, com data de emissão de no máximo **90 (noventa) dias** da data da data limite de recebimento dos documentos;

II) - RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – a ser comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Cópia do extrato da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP - Pessoa Física ou extrato equivalente, emitida nos últimos **60 (sessenta) dias**, conforme Resolução CD/FNDE nº 06/2020 alterada pela Resolução CD/FNDE nº 21/2021 que regem o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

2.3. Os documentos tratados neste Edital serão entregues à Comissão Permanente de Licitação até a data e hora designados no preâmbulo deste instrumento.

2.4. Estarão aptos à Chamada Pública os que atenderem ao presente edital e apresentar toda a documentação exigida.

2.5. A documentação apresentada de forma incompleta, rasurada ou em desacordo com o estabelecido neste Edital será considerada inepta, inabilitando-se o interessado.

2.6. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou cópia autenticada por Tabelião de Notas ou por servidor público municipal no exercício de suas funções.

2.7. Serão declarados habilitados/credenciados todos os interessados que estiverem de acordo com este Edital.

GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS

2.8. PROJETO DE VENDA (Anexo V): O Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar deverá ser assinado pelo representante do grupo informal/formal, devendo conter também: o tipo de produto com especificação e quantidades totais propostas a fornecer, conforme modelo em anexo.

2.8.1. O Projeto de Venda deverá ser elaborado observando o disposto no subitem 2.1.1.2 deste instrumento.

2.8.2. O interessado deverá apresentar o Projeto de Venda informando o tipo de produto a ser fornecido, com especificação, quantidades totais ou inferiores, e os valores de venda, que deverão estar compatíveis com os dispostos neste edital, em especial com o que dispõe o item 3.11 deste edital.

2.9. Na **PROPOSTA DE PREÇOS** (Anexo II) deverá constar as especificações detalhadas do item, quantidade, o valor unitário e total, em moeda nacional, já considerando todas as despesas, tributos, fretes, transportes e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam registrados nestes documentos;

Observação: Os documentos deverão ser apresentados em uma via. As cópias deverão ser autenticadas ou cópia Xerox acompanhada do original para sua autenticação, por servidor da Administração.

2.10. O Envelope Nº 2 deverá conter a Proposta de Preços (Anexo II) e o Projeto de Venda (Anexo V).

2.11. Os envelopes, contendo a documentação para habilitação (**envelope 1**) e a proposta de preços (**envelope 2**), conterá na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº 1 - HABILITAÇÃO
À PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOPIARA
CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2023
PARTICIPANTE: _____ CNPJ _____

ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA DE PREÇOS
À PREFEITURA DE ACOPIARA
CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2023
PARTICIPANTE: _____ CNPJ /CPF _____

3 – DOS PROCEDIMENTOS

3.1. O participante que desejar se fazer representar na sessão pública deverá apresentar-se com apenas um representante que, devidamente munido de **documentação hábil de representação**, será o único admitido a intervir nas diversas fases do procedimento da Chamada Pública, respondendo assim, para todos os efeitos, pela pessoa jurídica representada, devendo ainda, no ato da entrega dos envelopes exibir um documento de identificação, expedido por órgão oficial.

3.1.1. Por documento hábil, entende-se:

a) Procuração pública ou particular específica para o presente processo (Anexo III, "a");, constituindo o representante, acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante (Estatuto e ata de última eleição, ou outro documento comprobatório) que declare expressamente seus poderes para a devida outorga;

b) Cópia de seu documento oficial de identificação (do representante), válido na forma da lei;

3.1.2. Quando o representante for titular da entidade deverá entregar cópia do original autenticada por cartório competente ou cópia simples acompanhada do respectivo original a fim de ser verificada autenticidade pela Presidente ou por servidor integrante da Comissão, que comprove tal condição (Estatuto e ata de última eleição, ou outro documento comprobatório).

3.1.3. A não apresentação ou incorreção dos documentos de que trata este subitem não implicará na inabilitação do participante, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela mesma durante a sessão.

3.2. O interessado em participar deverá conhecer todas as condições estipuladas no presente Edital para o cumprimento das obrigações do objeto da Chamada Pública e apresentação dos documentos exigidos. A participação no presente processo implicará na total aceitação a todos os termos da Chamada Pública e integral sujeição à legislação aplicável.

3.3. A Chamada Pública se processará através de sessão pública, dirigida pela Comissão Permanente de Licitação, e realizar-se-á no endereço constante do Preâmbulo deste Edital, seguindo o trâmite indicado abaixo e obedecendo a legislação em vigor.

3.4. No início da sessão os representantes dos interessados em participar da Chamada Pública deverão se apresentar junto à Comissão, identificar-se e comprovar a existência dos necessários poderes para assunção de compromissos e

para a prática de todos os demais atos inerentes ao procedimento, na forma do subitem 3.1 deste instrumento, assinando, então, lista de presença.

3.5. A partir do horário estabelecido no preâmbulo deste Edital terá início à sessão pública do procedimento de Chamada Pública, na presença dos representantes dos interessados e demais pessoas que queiram assistir ao ato, onde a Comissão receberá de cada interessado, em envelopes lacrados e rubricados nos fechos, toda a documentação exigida para qualificação no presente procedimento, fazendo registrar o nome dos interessados que assim procederam.

3.5.1. Depois de encerrado o recebimento dos envelopes, nenhum outro envelope ou documento será aceito pela Comissão.

3.5.2. Após a entrega dos envelopes, não caberá desistência por parte de qualquer interessado, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

3.5.3. Os documentos tratados neste Edital serão entregues à Comissão Licitação Permanente até a data e hora designados no preâmbulo deste instrumento. **Caso não haja interesse em participação dos atos da sessão, os interessados poderão realizar somente a entrega dos documentos de participação junto a Comissão Permanente de Licitação, podendo, ainda, entregar previamente ou ao início dos trabalhos, mediante protocolo dos envelopes contendo a documentação exigida.**

3.5.4. Todos os documentos necessários à participação na presente Chamada Pública poderão ser apresentados em original, cópia autenticada por cartório competente ou cópia simples acompanhada do respectivo original a fim de ser verificada sua autenticidade pela Comissão Permanente de Licitação.

3.5.5. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preços/projetos de venda.

3.5.6. Os documentos necessários à participação no presente procedimento, compreendendo os documentos referentes à habilitação, à proposta de preço e projeto de venda deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

3.3.7. Quaisquer documentos necessários à participação no presente procedimento, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil, por tradutor juramentado.

3.5.8. Caso o documento apresentado seja expedido por instituição que regulamente a disponibilização do documento pela Internet, a Comissão poderá verificar a autenticidade do mesmo através de consulta eletrônica.

3.5.9. Caso o documento apresentado seja expedido por instituição pública que esteja com seu funcionamento paralisado no dia de recebimento dos envelopes, o interessado deverá, sob pena de ser inabilitado, apresentar o referido documento constando o termo final de seu período de validade coincidindo com o período da paralisação e deverá, quando do término da paralisação, sob pena de ser inabilitado supervenientemente, levar o documento à Comissão Permanente de Licitação nas condições de autenticação exigidas por este edital, para que seja apensado ao processo de Chamada Pública. Caso o processo já tenha sido enviado ao órgão de origem, deverá o fornecedor levá-lo a esta instituição para que o mesmo se proceda.

3.5.10. As certidões exigidas, quando não contiverem prazo de validade expressamente determinado, não poderão ter suas datas de expedição superiores a **60 (sessenta) dias** anteriores a data de abertura do presente procedimento.

3.5.11. Os documentos apresentados, cópias ou originais, deverão conter todas as informações de seu bojo legíveis e inteligíveis, sob pena de serem desconsiderados pela Comissão Permanente de Licitação.

3.6. A apresentação de proposta vincula o proponente, sujeitando-o, integralmente, às condições desta Chamada pública.

3.7. Somente será aceito os documentos acondicionados nos envelopes entregues à Comissão, não sendo admitido posteriormente o recebimento de qualquer outro documento, nem permitido ao fornecedor fazer qualquer adendo em documentos entregues à Comissão.

3.7.1. A Comissão poderá, também, solicitar original de documento já autenticado, para fim de verificação, sendo o participante obrigado a apresentá-lo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados a partir da solicitação, sob pena de, não o fazendo, ser inabilitada.

3.8. Os projetos de venda entregues à Comissão Permanente de Licitação serão analisados pela Comissão Permanente de Licitação que emitirá relatório de julgamento acerca do cumprimento/descumprimento das exigências editalícias pelos participantes, confeccionando-se em seguida, o Mapa de Apuração dos Fornecedores Habilitados.

3.9. Somente estará habilitado a fornecer o interessado que cumprir todos os requisitos exigidos neste instrumento.

3.10. O valor global destinado à contratação encontra-se definido no Anexo I deste Edital.

3.11. Os preços unitários de aquisição são fixos e encontram-se estabelecidos no Anexo I deste Instrumento, não sendo permitido apresentação de proposta com preços distintos, sob pena de desclassificação.

3.11.1. Os preços de que trata o item 3.11 serão os preços pagos pela Administração ao Grupo Informal/Formal pela venda dos gêneros alimentícios, conforme determina a Resolução CD/FNDE nº 06/2020 alterada pela Resolução CD/FNDE nº 21/2021 que regem o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

3.12. Os produtos consignados no Anexo I, observados o limite individual de venda do Agricultor Familiar ou do Empreendedor Familiar Rural para a presente contratação, serão distribuídos com todos os credenciados, segundo os critérios deste edital, considerando-se cada agricultor integrante do **Grupo Informal/Formal**.

3.13. Quando todos os interessados forem inabilitados ou todas as propostas/projetos de venda forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos interessados o prazo de **08 (oito) dias úteis** para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste subitem (art. 48, § 3.º da Lei n.º 8.666/93, alterada e consolidada).

3.14. A presente Chamada Pública tem caráter precário, por isso, a qualquer momento, o contratado ou a Administração poderão denunciar a Chamada Pública, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Edital e na legislação pertinente ou no interesse do contratado, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

4 – DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

4.1. **DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:** O fornecimento dos bens contratados se dará mediante expedição de **ORDENS DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**, por parte da Administração ao respectivo grupo Informal/formal, que poderão englobar integralmente os quantitativos e/ou bens objeto do fornecimento (entrega imediata) ou apenas parte deles (execução fracionada), de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da(s) Secretária(s) Gestora(s).

4.1.1. Os produtos licitados deverão ser entregues **SEMANALMENTE**, contados do recebimento da ordem de compra, nos quantitativos discriminados na **ORDEM DE COMPRA / AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO** pela Administração, no local, dia e horário estabelecidos pela Unidade Gestora.

4.1.2. Por ocasião da entrega dos produtos, o fornecedor deverá apresentar recibo em 02(duas) vias, além das respectivas fatura e Nota Fiscal. Para os produtos objetos deste procedimento, deverá ser emitida Fatura e Nota Fiscal em nome da Prefeitura Municipal de Acopiara-CE, com endereço com sede na AV. José Marques Filho, 600 - Aroeira - ACOPIARA - CEARÁ - CEP 63.560-000, inscrito no CNPJ sob o nº 07.847.379/0 002-19.

4.1.3. No caso de constatação da inadequação dos produtos fornecidos às normas e exigências especificadas neste Edital ou no Projeto de Venda a Administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

4.1.4. Em nenhuma hipótese serão concedidas prorrogações de prazo.

4.2. Os produtos contratados deverão ser entregues, observando rigorosamente as especificações contidas no Projeto Básico, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta, bem ainda às normas vigentes, assumindo o fornecedor a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

a) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do fornecimento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

b) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

c) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do fornecimento. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do fornecedor deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

d) aceitar, nas mesmas condições da Chamada Pública, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, observando ainda o limite de venda por agricultor, conforme Resolução CD/FNDE nº 06/2020 alterada pela Resolução CD/FNDE nº 21/2021 que regem o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

e) a entrega dos produtos deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do Município.

f) Fornecer os produtos contratados nas condições estipuladas neste Edital, no projeto de venda e no contrato.

g) O fornecedor se compromete a fornecer os gêneros alimentícios conforme padrão de identidade e qualidade estabelecida na legislação vigente, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Ministério da Saúde e do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), e especificações de acordo com os anexos dessa chamada pública. É parte integrante dessa chamada pública o anexo com estimativa de consumo anual, de fornecimento contínuo;

h) O fornecedor se compromete a fornecer os gêneros e produtos alimentícios produzidos pela Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural para a Secretaria de Educação do Município de Acopiara, conforme cronograma de entrega definido pela Secretaria.

i) As embalagens quando desmembradas deverão obedecer à legislação vigente e as características próprias de cada produto, bem como apresentar-se em boas condições de conservação e higiene; com os produtos adequadamente acondicionados em caixa de papelão, embalagens plásticas, sacos de nylon e/ou outros tipos de acondicionamento que garantam a integridade do produto. Durante o transporte, essas embalagens devem permanecer em caixas plásticas devidamente higienizadas.

j) Fica reservado à Secretaria de Educação de Acopiara o direito de aceitar ou não, alteração no fornecimento quanto à classificação dos produtos, exceto por conta de problemas climáticos que poderão afetar a produção.

k) Ressarcir os danos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização.

4.3. Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de projetos do País.

4.3.1. Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - o grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos.

II - o grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País.

III - o grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País.

4.3.2. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

II - os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

III - os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física), quando for o caso;

4.3.3. Caso não se obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas serão complementadas com os projetos dos demais grupos, de acordo com os critérios de seleção e priorização estabelecidos no item 4.3 e nos subitens 4.3.1 e 4.3.2.

4.3.4. Para efeitos do disposto neste item, serão considerados Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos associados/cooperados das organizações produtivas, conforme identificação na(s) DAP(s).

4.3.5. No caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, em referência ao disposto no item 4.3.2, I, deste artigo, terão prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados.

4.3.6. Em caso de persistência de empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

5 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Serão obrigações da CONTRATADA, durante todo o prazo de vigência contratual:

- a) Entregar os produtos conforme disposto no item 4;
- b) Cumprir prontamente, por ocasião da entrega dos produtos, os procedimentos e orientações constantes das normas acordada entre as partes;
- c) Atualizar, perante a Prefeitura, as alterações promovidas no ato constitutivo, estatuto ou contrato social, mediante a apresentação de cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do respectivo original a fim de ser verificada autenticidade por servidor público municipal no exercício de suas funções.
- d) Manter, enquanto durar o ajuste, todas as condições que ensejaram a habilitação do credenciado, particularmente no que se refere à atualização de documentos;
- e) Efetuar o pagamento de seguros, taxas, impostos, encargos fiscais e sociais, bem como de quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste Contrato;
- f) Comunicar ao gestor deste Contrato, de forma clara e detalhada, todas as ocorrências anormais verificadas na execução do contrato, bem a mudança de endereço de suas instalações físicas;
- g) Encaminhar, em envelope lacrado, juntamente com a nota fiscal/fatura, a relação discriminada dos produtos, bem como a cópia da autorização da Contratante.
- h) Conduzir o contrato em estrita observância à legislação Federal, Estadual, Municipal, trabalhista, previdenciária, tributária e securitária atinentes à execução do contrato pertinente ao objeto da presente processo;
- i) Executar o objeto de acordo com a sua proposta e com as normas e condições previstas no edital de processo, inclusive com as prescrições da Lei nº 8.666/93, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;
- j) Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões que porventura se fizerem necessários, a critério exclusivo do Município;
- k) Comunicar à fiscalização de imediato, qualquer ocorrência anormal que se verifique;
- l) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Município, incluindo dados técnicos e operacionais sobre o objeto;
- m) Utilizar, na execução do objeto, insumos e materiais com as especificações técnicas exigidas no Edital;
- n) Cumprir, rigorosamente, as disposições legais e regulamentares pertinentes à segurança, higiene e medicina do trabalho, inclusive com fornecimentos dos equipamentos e materiais necessários aos trabalhadores, bem como arcar com as despesas referentes à sua manutenção;
- o) Não subcontratar o objeto deste contrato, salvo expressa autorização da Administração, ficando vedada a subcontratação no seu todo, sob qualquer hipótese;
- p) Fornecer os servidores devidamente qualificados, na forma da lei, responsabilizando-se pelo pagamento de todos os encargos sociais e/ou trabalhistas inerentes à contratação dos mesmos.

6 – DAS SANÇÕES

6.1. O fornecedor contratado sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento total ou parcial de suas obrigações, às sanções dos artigos 86 a 88 da Lei n.º 8.666/93, especialmente advertência, suspensão temporária de participação em licitações, sem prejuízo das sanções legais e responsabilidades civis e criminais.

6.2. O fornecedor que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do

fornecimento, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Acopiara e será descredenciado no Cadastro da Prefeitura de Acopiara pelo prazo de até 2 (anos) anos**, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

6.2.1. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estabelecido no Termo de Ratificação no caso de:

- a) recusar em celebrar o contrato quando regularmente convocado;
- b) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) não manter a proposta;
- d) fraudar na execução do contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo.

6.2.2. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de qualquer produto solicitado, contados do recebimento da ordem de compra/autorização de fornecimento no endereço do fornecedor, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na execução da entrega dos bens.

6.2.3. Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias no fornecimento do produto solicitado.

6.3. Na hipótese de ato ilícito ou outras ocorrências que possam acarretar transtornos na entrega dos bens, às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do fornecedor de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, as seguintes penas:

6.3.1. Advertência;

6.3.2. Multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da contratação, conforme o caso.

6.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

6.4.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o fornecedor fizer jus.

6.4.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do fornecedor, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

6.5. **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO:** As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

6.5.1. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantidos os seguintes prazos de defesa:

- a) 05 (cinco) dias úteis para as sanções exclusivamente de multa, advertência e rescisão contratual;
- b) 10 (dez) dias corridos para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de ACOPIARA e descredenciamento no Cadastro da Prefeitura de Acopiara pelo prazo de até 02 (dois) anos.

7 – DA RATIFICAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA

7.1. Processada a fase de habilitação da presente Chamada Pública, definindo-se habilitados e seus respectivos valores, caberá à Comissão Permanente de Licitação:

- a) caracterizar a situação que justifique a Dispensa;
- b) fundamentar a razão da escolha dos fornecedores;
- c) Declarar a Dispensa de Processo e Comunicar à(o) Secretária(o) de Educação no prazo de **03 (três) dias** para que proceda à Ratificação.

7.2. Caberá à Secretária de Educação do Município de Acopiara-CE a ratificação do presente procedimento de Chamada Pública, após sua instrução pela Comissão Permanente de Licitação.

8 – DO PREÇO, DO PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO

8.1. **PREÇOS:** Os preços consignados no Anexo I deste instrumento já foram calculados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre o fornecimento dos bens licitados, inclusive a margem de lucro.

8.2. **PAGAMENTO:** O pagamento será feito na proporção da entrega dos produtos fornecidos, segundo as ordens de compras/autorizações de fornecimento expedidas pela administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do vencedor, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

8.2.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste subitem, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor.

8.2.2. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8.3. **REAJUSTE:** Os valores constantes das propostas/projetos de venda não sofrerão reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses da sua contratação, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

8.4. **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 9.666/93, alterada e consolidada.

9– DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. A despesa decorrente do fornecimento do objeto deste Edital correrá à conta do **TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, pelas Dotações Orçamentárias da Secretaria Contratante sob a rubrica:

ÓRGÃOS	UNIDADE ORÇ.	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/P-A/Nº DO PROJETO-ATIVIDADE	FONTE	ELEMENTO DE DESPESAS	
PAEEF	08	0801	12.306.1215.2.064	15001001 1552	3.3.90.30.00
PNAEP	08	0801	12.306.1215.2.064	15001001 1552	3.3.90.30.00
PNAEC	08	0801	12.306.1215.2.064	15001001 1552	3.3.90.30.00
EJA	08	0801	12.306.1215.2.064	15001001 1552	3.3.90.30.00
+ EDUCAÇÃO	08	0801	12.306.1215.2.064	15001001 1552	3.3.90.30.00

10. CONSULTAS, RESPOSTAS, ADITAMENTO, DILIGÊNCIAS, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

10.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste procedimento.

10.2. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de processo perante a Administração a pessoa que não o fizer dentro do prazo fixado neste subitem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

10.2.1. A impugnação feita tempestivamente pelo interessado não o impedirá de participar do processo até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

10.3. Somente serão aceitas solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnações mediante petição, que preencham os seguintes requisitos:

10.3.1. O endereçamento à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Acopiara;

10.3.2. A identificação precisa e completa do autor e seu representante legal (acompanhado dos documentos comprobatórios) se for o caso, contendo o nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio, número do documento de identificação, devidamente datada, assinada e protocolada na sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Acopiara no horário de 08:00 as 12:00hs, dentro do prazo editalício;

10.3.3. O fato e o fundamento jurídico de seu pedido, indicando quais os itens ou subitens discutidos;

10.3.4. O pedido, com suas especificações;

10.4. Caberá a Presidente da Comissão Permanente de Licitação decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.5. A resposta do Município de Acopiara - CE será disponibilizada a todos os interessados mediante afixação de cópia da íntegra do ato proferido pela administração no flanelógrafo da Prefeitura de Acopiara, conforme disposto na Lei Orgânica do Município e constituirá aditamento a estas Instruções.

10.6. O aditamento prevalecerá sempre em relação ao que for aditado.

10.7. Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório que importe em modificação dos termos do edital será designada nova data para o recebimento das propostas e habilitação para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

10.7.1. Qualquer modificação neste edital será divulgada pela mesma forma que se deu ao texto original, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

10.8. DILIGÊNCIA: Em qualquer fase do procedimento licitatório, a Presidente ou a autoridade superior, poderá promover diligências no sentido de obter esclarecimentos, confirmar informações ou permitir sejam sanadas falhas formais de documentação que complementem a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, fixando o prazo para a resposta.

10.8.1. Os participantes do processo que forem notificados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Presidente, sob pena de desclassificação/inabilitação.

10.9. REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO: O Município de Acopiara-CE poderá revogar este procedimento por razões de interesse público, no todo ou em parte ou anular esta processo, em qualquer etapa do processo.

11- DA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

11.1. As obrigações decorrentes do presente procedimento serão formalizadas por termo de contrato específico, celebrado entre o Município, através da(s) Secretaria(s) Gestora(s), representada(s) pelo(s) Secretário(s) Ordenador(es) de Despesa, e o(s) proponentes(s) habilitado(s), que observará os termos das Leis, conforme Resolução CD/FNDE nº 06/2020 alterada pela Resolução CD/FNDE nº 21/2021 que regem o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e demais normas pertinentes.

11.1.1. Integra o presente instrumento (ANEXO IV) a minuta do termo de contrato a ser celebrado.

11.1.2. Os contratados, além das obrigações resultantes da observância da Legislação aplicável, deverão obedecer às disposições elencadas na minuta do Termo de Contrato – Anexo a este edital.

11.2. Ratificado o procedimento processo pela autoridade competente, o Município de Acopiara-CE convocará o interessado habilitado visando a formalização do vínculo contratual, nos termos da minuta que integra este Edital.

11.2.1. O fornecedor terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir da convocação, para formalizar o instrumento contratual. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor durante o seu transcurso e desde que ocorra justo motivo aceito pelo Município de Acopiara – CE.

- 11.2.2. A recusa injustificada ou a carência de justo motivo do fornecedor de não formalizar o Instrumento Contratual, no prazo estabelecido, o sujeitará à aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 11.3. Incumbirá à administração providenciar a publicação do extrato do Contrato nos quadros de aviso dos órgãos públicos municipais, na forma prevista na Lei Orgânica Municipal, até o quinto dia útil ao mês subsequente ao de sua assinatura. O mesmo procedimento se adotará com relação aos possíveis termos aditivos.
- 11.4. O Termo de Contrato só poderá ser alterado em conformidade com o disposto no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93.
- 11.5. O fornecedor, quando contratado, fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, a critério da administração pública, respeitando-se os limites previstos na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.
- 11.6. O contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da assinatura do Termo Contratual e vigorará até 31 de dezembro de 2017, ou até a entrega da totalidade dos produtos, prevalecendo o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada.
- 11.7. O Contrato poderá ser rescindido pelos motivos especificados nos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666/93 e nas formas previstas nos artigos 79 e 80 da mesma lei e suas alterações posteriores.

12 – DOS RECURSOS

- 12.1. A interessada cujo requerimento for considerado inepto poderá interpor recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis, a contar da ciência da decisão, assegurada a ampla defesa e o contraditório.
- 12.2. Os recursos deverão ser dirigidos a(o) Contratante, interpostos mediante petição, devidamente arrazoada subscrita pelo representante legal da recorrente, que comprovará sua condição como tal.
- 12.3. Os recursos relacionados com a habilitação e inabilitação do participante deverão ser entregues a Presidente ou a um dos Membros da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Acoiara, no devido prazo, não sendo conhecidos os interpostos fora dele.
- 12.4. Decidido o recurso pela Comissão, deverá ser enviado, devidamente informado, ao(a) Secretário(a) Municipal, que proferirá sua decisão.
- 12.5. Nenhum prazo de recurso se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.
- 12.6. Na contagem dos prazos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- 12.7. As decisões sobre os recursos interpostos serão feitas aos interessados mediante publicação em jornal de grande circulação.

13 – DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

- 13.1. Os valores constantes das propostas/projetos de venda não sofrerão reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses da sua contratação, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

14 – FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 14.1. Os participantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo e na execução do contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

15 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1. Nenhuma indenização será devida aos participantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrentes.
- 15.2. Sem prejuízo das disposições contidas no Capítulo III da Lei nº 8.666/93, o presente Edital e a(s) proposta(s) serão partes integrantes do contrato.

- 15.3. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº 8.666/93, nos princípios de direito público e, subsidiariamente, com base em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.
- 15.4. A Contratante será responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos termos de contrato celebrados, procedendo ao registro de eventuais ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.
- 15.5. Conforme o disposto no parágrafo único, do artigo 61, da Lei nº 8.666/93 os termos de Chamada Pública serão publicados em jornal de grande circulação do Estado.
- 15.6. A ratificação do resultado deste procedimento não implicará direito à contratação.
- 15.7. A Seção de Contratos poderá subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto deste Edital.
- 15.8. Aplicam-se a presente Chamada Pública a Lei 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.
- 15.9. Quaisquer informações poderão ser obtidas junto à Comissão de Pregão da PMA, na AV. José Marques Filho, 600 - Aroeira - ACOPIARA - CEARÁ - CEP 63.560-000, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 12:00 horas e através do e-mail: licitaacopiara2@gmail.com.
- 15.10. O Projeto Básico/Termo de Referência poderá ser examinado por qualquer interessado na sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Acopiara.
- 15.11. Todas as normas inerentes às contratações do objeto deste Certame, discriminadas no Anexo – Termo de Referência deste Instrumento Convocatório deverá ser minuciosamente observado pelos participantes quando da elaboração de suas propostas.
- 15.12. Cópias do edital e anexos serão fornecidas mediante Protocolo de Retirada de Edital, mediante pagamento de cópia reprográfica, na Sede da Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Acopiara/CE, na AV. José Marques Filho, 600 - Aroeira - ACOPIARA - CEARÁ - CEP 63.560-000, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 12:00 horas e através do e-mail: licitaacopiara2@gmail.com, ficando os autos do presente processo administrativo à disposição para vistas e conferência dos interessados, ficando o licitante obrigado a;
- a) pagamento da taxa no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) de cópia reprográfica, por meio de Documento de Arrecadação Municipal - DAM.
- 15.12.1. O referido edital e seus anexos também estão disponíveis nos seguintes sítio virtual: <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/> nos termos da IN nº 04/2015-TCM-CE.
- 15.13. No interesse da Administração Municipal e sem que caiba às participantes qualquer tipo de indenização, fica assegurado à autoridade competente:
- a) Alterar as condições, a qualquer tempo, no todo ou em parte, da presente processo, dando ciência aos interessados na forma da legislação vigente.
- 15.14. Os avisos de prosseguimento das sessões, a decisão sobre os recursos interpostos, a anulação ou revogação serão feitos aos interessados mediante publicação em jornal de grande circulação do Estado.
- 15.15. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital será competente o Foro da Comarca de Acopiara – CE.

ACOPIARA-CE, 14 DE JULHO DE 2023.


PEDRO HUGO SARAIVA BARBOSA
PRESIDENTE DA CPL

ANEXO I

PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA

Nº 2023.07.07.01

I – INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS E CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

a) **ORGÃO SOLICITANTE:** SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

b) **DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:**

ÓRGÃOS	UNIDADE ORÇ.	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/P-A/Nº DO PROJETO-ATIVIDADE	FONTE	ELEMENTO DE DESPESAS	VALOR ESTIMADO	
PAEEF	08	0801	12.306.1215.2.064	15001001 1552	3.3.90.30.00	R\$ 932.827,00
PNAEP	08	0801	12.306.1215.2.064	15001001 1552	3.3.90.30.00	R\$ 344.042,00
PNAEC	08	0801	12.306.1215.2.064	15001001 1552	3.3.90.30.00	R\$ 165.266,50
EJA	08	0801	12.306.1215.2.064	15001001 1552	3.3.90.30.00	R\$ 223.345,50
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$					R\$ 1.665.481,00	

c) **FONTE DE RECURSO:** Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação e Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

d) **VALOR GLOBAL ESTIMADO:** R\$ 1.665.481,00 (UM MILHÃO SEISCENTOS E SESSENTA E CINCO MIL QUATROCENTOS E OITENTA E UM REAIS).

II – DETALHAMENTO DA DESPESA

e) **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ACOPIARA-CE.

f) **JUSTIFICATIVA:** Conforme o Artigo 4º da Lei nº 11.947, o PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricionais e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. O acesso à alimentação escolar de forma igualitária é um direito de que sejam respeitadas as diferentes faixas etárias, as condições de saúde dos alunos que necessitam de atenção específica e dos que se encontram em estado de vulnerabilidade social.

Em 2009, a sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho, trouxe novos avanços para o PNAE, como a extensão do programa para toda a rede pública de educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas e de jovens e adultos, e a garantia de que 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar.

De acordo com o Artigo 14, da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da Reforma Agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§ 1º - A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição, e que os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria..

III – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA/FORNECIMENTO

g) **PRAZO E LOCALDE ENTREGA/FORNECIMENTO:** Os produtos deverão ser entregues **SEMANALMENTE** nas escolas de acordo com o cronograma de entrega, expedido pelo Setor de Merenda Escolar, no qual se atestará o seu recebimento.

Todos os produtos recebidos deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA - Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

h) **PRAZO DE VIGÊNCIA:** Prazo de vigência de até **31 DE DEZEMBRO DE 2023**, contado a partir da data da sua assinatura.

i) **PAGAMENTO:** O Pagamento será efetuado na proporção de entrega dos produtos, em até 30 (TRINTA) DIAS após a emissão da Nota Fiscal, mediante atesto do recebimento dos produtos e o encaminhamento da documentação necessária, observada todas as disposições pactuadas, através de crédito na conta bancaria da Detentora.

IV – DOS PREÇOS OFERTADOS E DA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA

j) Na proposta de preços deverá constar as especificações detalhada do item, tipo e quantidade solicitada, o valor unitário e total, em moeda nacional, em algarismo e por extenso, já considerando todas as despesas, tributos, impostos, taxas, encargos e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam nestes documentos;

k) A Secretaria Municipal poderá se valer da análise técnica dos itens propostos, antes da ratificação e homologação da licitante, para verificação do atendimento das especificações mínimas dos itens constantes no Projeto Básico/Termo de Referência.

l) O fornecimento dos produtos licitados poderá ser feito de forma fracionada ou em sua totalidade, de acordo com a necessidade do órgão interessado durante o prazo de contratação, mediante a expedição de periódicas **ORDENS DE COMPRA**, pela Secretaria Gestora, constando a quantidade de itens a serem entregues.

V – DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO:

m) As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas mediante lavratura dos respectivos contratos, subscritos pelo Município, através da Secretaria Gestora, representada pelo Secretário(a) Ordenador(a) de Despesa, e o licitante vencedor, que observará os termos das Leis correspondentes.

n) O Licitante Vencedor terá o prazo de **05 (CINCO) DIAS**, contado a partir da convocação, para subscrever o contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo Licitante Vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra justo motivo aceito pelo Município de **ACOPIARA-CE**.

o) A recusa injustificada ou a carência de justo motivo da vencedora de não formalizar o Contrato, no prazo estabelecido, sujeitará a Licitante à aplicação das penalidades previstas.

p) O contrato só poderá ser alterado em conformidade com os artigos, 57, 58 e 65 da Lei n.º 8.666/93.

q) O contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir data de sua assinatura e vigorará até **31 DE DEZEMBRO DE 2023**, nos termos do artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

- r) A formalização dos contratos só gera ao contratado a obrigação de entrega dos produtos quando expedida a competente ordem de compras.
- s) A gestão e fiscalização do contrato caberão ao Ordenador de Despesa de cada Secretaria ou a quem este designar, devendo ele exercer toda a sua plenitude tudo em atendimento e consonância ao que dispõe o art. 58, inciso III, c/c art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

VI – DAS OBRIGAÇÕES

a) DA CONTRATANTE:

- b) Exercer a fiscalização da execução do contrato;
- c) Assegurar o livre acesso da CONTRATADA e de seus prepostos, devidamente identificados, a todos os locais onde se fizer necessária a entrega/fornecimento dos bens licitados, prestando-lhe todas as informações e esclarecimentos que, eventualmente, forem solicitados;
- d) Efetuar o pagamento conforme convencionado em cláusula contratual.

t) DA CONTRATADA:

- a) Executar a entrega/fornecimento em conformidade com o descrito no Projeto Básico/Termo de Referência com os mais elevados padrões de competência, integridade profissional e ética;
- b) Manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- c) Cumprir fielmente o objeto do presente instrumento, seguinte a legislação vigente, dentro dos prazos pré-estabelecidos, atendendo prontamente a todas as solicitações, prioritariamente aos demais compromissos profissionais;
- d) Entregar os bens licitados no prazo estabelecido, contados da **ORDEM DE COMPRA**, nos locais determinados pela Secretaria Gestora, observando rigorosamente as especificações contidas no Projeto Básico/Termo de Referência, nos anexos e disposições constantes de sua proposta, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do Contrato, e ainda;
- e) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- f) Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
- g) Comunicar imediatamente ao MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- h) Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos materiais até o(s) local(is) de entrega;
- i) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- j) Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

VII – DOS QUANTITATIVOS

u) DOS ITENS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	PNAEF	PNAEP	PNAEC	EJA	QTDE	VALOR MÉDIO UNIT	VALOR MÉDIO TOTAL
1	CARNE DE BOI, IN NATURA FRESCA DE	KG	3.000	700	500	1.500	5.700	R\$ 42,43	R\$ 241.851,00



PREFEITURA DE
ACOPIARA



	PRIMEIRA QUALIDADE – Produto obtido a partir de massas musculares de bovino. Isento de gorduras, pelancas e osso. Cor vermelha sem manchas esverdeadas e odor característico. Embalagem plástica transparente de 01 kg								
2	CARNE SUINA CONGELADA – Produto obtido a partir de massas musculares de suino. Isento de banhas e pelancas. Cor própria (rosada) sem manchas esverdeadas e odor desagradável. Embalagem primária em pacotes de 1000 gr a 2.000g do produto	KG	2.500	800	700	1.000	5.000	R\$ 25,09	R\$ 125.450,00
3	CARNE CAPRINA CONGELADA – Produto obtido a partir de massas musculares de caprinos. Isento de gorduras e pelancas. Cor própria (vermelho escuro) sem manchas esverdeadas e odor desagradável. Embalagem primária em pacotes de 1000 gr a 2.000g do produto.	KG	1.000	800	500	600	2.900	R\$ 26,89	R\$ 77.981,00
4	OVO DE GALINHA CAIPIRA - ovo tamanho médio de 45 a 50 gr, deve apresentar casca íntegra, sem sujidades. Embalagem primária: caixa padrão (tipo bandeja).	BAND	2.000	700	500	300	3.500	R\$ 25,96	R\$ 90.860,00
5	CHEIRO VERDE – Fresca, de ótima	KG	700	500	400	500	2.100	R\$ 13,88	R\$ 29.148,00



PREFEITURA DE
ACOPIARA



	qualidade, em perfeito estado, sem sujidades, insetos, parasitas e larvas. Deve ser entregue em embalagem de 01 kg								
6	ABÓBORA- Fresca, íntegra e firme, isenta de sujidades. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e a aparência	KG	800	300	300	500	1.900	R\$ 4,65	R\$ 8.835,00
7	BATATA DOCE - Fresca, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma, cor típicos da espécie, em perfeito estado de maturação.	KG	1.000	300	200	500	2.000	R\$ 5,09	R\$ 10.180,00
8	MACAXEIRA - Fresca, de ótima qualidade, compacta, firme, em perfeito estado. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e a aparência. Necessita estar isento de: sujidades, insetos, parasitas e larvas, rachaduras, cortes e perfurações	KG	1000	400	200	500	2.100	R\$ 5,52	R\$ 11.592,00
9	TOMATE - Fresca, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma, cor típicos da espécie, em perfeito estado de maturação.	KG	1500	500	300	700	3.000	R\$ 7,70	R\$ 23.100,00
10	BOLO - produto obtido a partir de massa de milho ou de macaxeira, embalado	KG	3000	1000	500	600	5.100	R\$ 20,44	R\$ 104.244,00

	individualmente. Pode ser em unidade de 50gr ou quilo. Deverá ser produzido no máximo 01 dia antes da data de entrega								
11	POLPA DE GOIABA – PRODUTO OBTIDO DA FRUTA “IN NATURA” DE BOA QUALIDADE ACONDICIONADO EM PACOTES DE 01KG, COM ADIÇÃO MÍNIMA DE ÁGUA DE MANEIRA QUE NÃO COMPROMETA O RENDIMENTO DE SUCO ESPERADO POR KG DE POLPA	KG	7000	3500	750	750	12.000	R\$ 10,35	R\$ 124.200,00
12	POLPA DE MANGA – PRODUTO OBTIDO DA FRUTA “IN NATURA” DE BOA QUALIDADE ACONDICIONADO EM PACOTES DE 01KG, COM ADIÇÃO MÍNIMA DE ÁGUA DE MANEIRA QUE NÃO COMPROMETA O RENDIMENTO DE SUCO ESPERADO POR KG DE POLPA.	KG	7000	3500	750	750	12.000	R\$ 10,64	R\$ 127.680,00
13	POLPA DE ACEROLA – PRODUTO OBTIDO DA FRUTA “IN NATURA” DE BOA QUALIDADE ACONDICIONADO EM PACOTES DE 01KG, COM ADIÇÃO MÍNIMA DE ÁGUA DE MANEIRA QUE NÃO COMPROMETA O RENDIMENTO DE SUCO ESPERADO POR KG DE POLPA	KG	7200	2000	1400	1400	12.000	R\$ 11,03	R\$ 132.360,00





PREFEITURA DE
ACOPIARA



14	POLPA DE CAJÁ – PRODUTO OBTIDO DA FRUTA “IN NATURA” DE BOA QUALIDADE ACONDICIONADO EM PACOTES DE 01KG, COM ADIÇÃO MÍNIMA DE ÁGUA DE MANEIRA QUE NÃO COMPROMETA O RENDIMENTO DE SUÇO ESPERADO POR KG DE POLPA	KG	7200	2000	1400	1400	12.000	R\$ 14,31	R\$ 171.720,00
15	FRANGO CAIPIRA CONGELADO – produto adquirido da agricultura familiar, dispensado de registro. Deve ser abatido em local limpo que não comprometa a qualidade sanitária do mesmo. Deverá ser entregue embalados por unidade, sem pé e sem cabeça, e de acordo com a utilização no cardápio e na data programada, previamente informada ao fornecedor	KG	7500	3500	500	500	12.000	R\$ 19,80	R\$ 237.600,00
16	BANANA PRATA- PROCEDENTES DE ESPÉCIES GENUÍNAS E SEREM FRESCAS E SÃS; TEREM ATINGIDO O PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO PARA SUA ESPÉCIE E VARIEDADE	KG	7200	2000	1400	1400	12.000	R\$ 6,42	R\$ 77.040,00
17	LARANJA - PROCEDENTES DE ESPÉCIES GENUÍNAS E SEREM FRESCAS E	KG	7200	2000	1400	1400	12.000	R\$ 5,97	R\$ 71.640,00

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À
Comissão Permanente de Licitação de Acopiara-CE
REF.: Chamada Pública Nº 001/2023.

Razão Social/Nome: _____
CNPJ/CPF: _____
Endereço: _____ CEP: _____
Fone: _____ Fax: _____
Banco: _____ Agência N.º: _____ Conta Corrente n.º: _____

Pela presente apresentamos junto à Prefeitura de Acopiara a proposta de preços/projeto de venda para Chamada Pública visando **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ACOPIARA-CE, CONFORME PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO DO EDITAL.** Assim, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, e às cláusulas e condições constantes do Edital do referido procedimento administrativo.

Declaramos que, nos valores apresentados abaixo, estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas que possam incidir sobre o fornecimento licitado, inclusive a margem de lucro.
Assumimos o compromisso de bem e fielmente fornecer os bens especificados a seguir, caso sejamos credenciados, seguindo as orientações emanadas da administração municipal e as normas do FNDE.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
	CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.				
VALOR GLOBAL					

1. Valor Global da Proposta: R\$ _____ (_____)
2. Prazo de entrega dos produtos: Conforme o Edital.
3. Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.
4. O proponente declara que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas que possam incidir sobre o objeto licitado.
5. O proponente declara que tem o pleno conhecimento, aceitação e cumprirá todas as obrigações contidas no anexo I – Projeto Básico/Termo de Referência deste edital.

ACOPIARA, ___ DE _____ DE _____.

Carimbo da entidade /Assinatura do responsável

ANEXO III - MODELO DE PROCURAÇÕES

a) Modelo de Procuração:

DOCUMENTO EXIGIDO NO CREDENCIAMENTO

PROCURAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2023

OUTORGANTE: <NOME DA ENTIDADE, CNPJ e ENDEREÇO> neste ato representada por seu (titular, sócio, diretor ou representante), Sr.< NOME>, qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, RG e CPF)

OUTORGADO: <NOME DO CREDENCIADO> qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF e endereço).

PODERES: O outorgante confere ao outorgado(a) pleno e gerais poderes para representá-lo junto ao Município de Acopiara, podendo o mesmo, assinar propostas, atas, Contratos, entregar durante o procedimento os documentos de credenciamento, envelopes de proposta de preços e documentos de habilitação, assinar toda a documentação necessária, como também formular ofertas e lances verbais de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da Outorgante que se fizerem necessários ao fiel cumprimento deste mandato, inclusive interpor recursos, ciente de que por força do artigo 675 do Código Civil está obrigado a satisfazer todas as obrigações contraídas pelo outorgado.

..... (CE), de 20__.

.....
OUTORGANTE

ANEXO III.1- MODELO DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO
ATENDIMENTO DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA DOS
COOPERADOS/ASSOCIADOS (GRUPOS FORMAIS)

O(A) (nome do Grupo Formal) _____, CNPJ nº _____, DAP jurídica nº _____ com sede _____, neste ato representado(a) por (nome do representante legal de acordo com o Projeto de Venda) _____, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº _____, CPF nº _____, nos termos do Estatuto Social, DECLARA que se responsabilizará pelo controle do limite individual de venda de gêneros alimentícios dos Agricultores e Empreendedores de Base Familiar Rural que compõem o quadro social desta Entidade, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por DAP/ANO CIVIL/ ENTIDADE EXECUTORA referente à sua produção, considerando os dispositivos da Lei nº 11.947/2009 e da Resolução CD/FNDE nº 06/2020 alterada pela Resolução CD/FNDE nº 21/2021 que regem o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e demais documentos normativos, no que couber.

Local, ____/____/____

Assinatura

ANEXO III.2- MODELO DE DECLARAÇÕES
MODELO DE DECLARAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR - PRODUÇÃO PRÓPRIA GRUPOS FORMAIS -
DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA

Eu, _____ representante da
Cooperativa/Associação _____, com CNPJ
nº _____ e DAP Jurídica nº _____
_____ declaro, para fins de participação no Programa Nacional de Alimentação
Escolar – PNAE, que os gêneros alimentícios relacionados no projeto de venda são oriundos de produção dos
cooperados/associados que possuem DAP física e compõem esta cooperativa/associação.

Local, ____/____/____

Assinatura

ANEXO III.3- MODELO DE DECLARAÇÕES

MODELO DE DECLARAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR – PRODUÇÃO PRÓPRIA PARA GRUPOS INFORMAIS
OU FORNECEDORES INDIVIDUAIS DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA

Eu, _____, CPF nº _____ e DAP física nº _____, declaro, para fins de participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que os gêneros alimentícios relacionados no projeto de venda em meu nome são oriundos de produção própria.

Local, ____/____/____

assinatura

ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº: _____

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOPIARA E DO OUTRO _____ PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O MUNICÍPIO DE ACOPIARA, ESTADO DO CEARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 07.847.379/0 002-19, com sede na cidade do mesmo nome, através da Secretaria de Educação, neste ato representada pelo(a) respectivo(a) Secretário(a) o(a) Sr.(a) _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado _____ pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, neste ato representada pelo(a) Sr.(a). _____, portador(a) do CPF n.º _____, apenas denominada de **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato na forma e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO JURÍDICO

O presente contrato é celebrado em decorrência do Processo de **CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2023** e em combinação com a Resolução CD/FNDE nº 06/2020 alterada pela Resolução CD/FNDE nº 21/2021 que regem o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; Leis Federais nº 11.326, de 24 de julho de 2006, n.º 11.947/2009, de 16/06/2009; Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

É objeto desta contratação a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ACOPIARA-CE**, tudo conforme especificações contidas neste Termo de Referência e Anexos da **Chamada Pública Nº 001/2023**, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.
Subcláusula Única – Em caso de divergência entre as normas editalícias e os termos dos documentos integrantes deste Contrato prevalecerão os do processo administrativo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE, conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) Acompanhar e fiscalizar através de equipe técnica da Contratante a execução do contrato por meio de servidor especialmente designado, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da contratada;
- b) Efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste contrato;
- c) Atestar a execução do objeto por meio do setor competente.

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

Serão obrigações da CONTRATADA, durante todo o prazo de vigência contratual:

- a) Entregar os produtos conforme disposto na Cláusula 5;
- b) Cumprir prontamente, por ocasião da entrega dos produtos, os procedimentos e orientações constantes das normas acordadas entre as partes;
- c) Atualizar, perante a Prefeitura, as alterações promovidas no ato constitutivo, estatuto ou contrato social, mediante a apresentação de cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do respectivo original a fim de ser verificada autenticidade por servidor público municipal no exercício de suas funções.
- d) Manter, enquanto durar o ajuste, todas as condições que ensejaram a habilitação do credenciado, particularmente no que se refere à atualização de documentos;
- e) Efetuar o pagamento de seguros, taxas, impostos, encargos fiscais e sociais, bem como de quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste Contrato;
- f) Comunicar ao gestor deste Contrato, de forma clara e detalhada, todas as ocorrências anormais verificadas na execução do contrato, bem a mudança de endereço de suas instalações físicas;
- g) Encaminhar, em envelope lacrado, juntamente com a nota fiscal/fatura, a relação discriminada dos produtos, bem como a cópia da autorização do **CONTRATADO**.
- h) Conduzir o contrato em estrita observância à legislação Federal, Estadual, Municipal, trabalhista, previdenciária, tributária e securitária atinentes à execução do contrato pertinente ao objeto da presente processo;
- i) Executar o objeto de acordo com a sua proposta e com as normas e condições previstas no edital de processo, inclusive com as prescrições da Lei nº 8.666/93, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;
- j) Aceitar nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões que porventura se fizerem necessários, a critério exclusivo do Município;
- k) Comunicar à fiscalização de imediato, qualquer ocorrência anormal que se verifique;
- l) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Município, incluindo dados técnicos e operacionais sobre o objeto;
- m) Utilizar, na execução do objeto, insumos e materiais com as especificações técnicas exigidas no Edital;
- n) Cumprir rigorosamente as disposições legais e regulamentares pertinentes à segurança, higiene e medicina do trabalho, inclusive com fornecimentos dos equipamentos e materiais necessários aos trabalhadores, bem como arcar com as despesas referentes a sua manutenção;
- o) Não subcontratar o objeto deste contrato, no seu todo, sob qualquer hipótese. A subcontratação parcial somente será aceita mediante a aquiescência prévia e expressa do Município;
- p) Fornecer os servidores devidamente qualificados, na forma da lei, responsabilizando-se pelo pagamento de todos os encargos sociais e/ou trabalhistas inerentes à contratação dos mesmos.
- q) Os contratados fornecedores ou as entidades articuladoras deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em, no máximo, 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

- v) **DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:** Os produtos deverão ser entregues **SEMANALMENTE** nas escolas de acordo com o cronograma de entrega, expedido pelo Setor de Merenda Escolar, no qual se atestará o seu recebimento. O fornecimento dos bens contratados se dará mediante expedição de **ORDENS DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE**

FORNECIMENTO, por parte da Administração ao grupo informal/formal, que poderão englobar integralmente os quantitativos e/ou bens objeto do fornecimento (entrega imediata) ou apenas parte deles (execução fracionada), de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da(s) Secretaria(s) Gestora(s).

a) Todos os produtos recebidos deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA - Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

b) Os produtos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da ordem de compra, obedecendo a um cronograma de entrega, nos quantitativos discriminados na ORDEM DE COMPRA / AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO pela administração, no local, dia e horário estabelecidos pela Unidade Gestora.

c) Por ocasião da entrega dos produtos, o contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias, além das respectivas fatura e Nota Fiscal. Para os produtos objetos deste procedimento, deverá ser emitida Fatura e Nota Fiscal em nome da Prefeitura Municipal de Acopiara-CE, com endereço na AV. José Marques Filho, 600 - Aroeira - ACOPIARA - CEARÁ - CEP 63.560-000, inscrito no CNPJ sob o nº 07.847.379/0 002-19.

d) No caso de constatação da inadequação dos produtos fornecidos às normas e exigências especificadas neste Edital ou no Projeto de Venda a Administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

e) Em nenhuma hipótese serão concedidas prorrogações de prazo.

f) Os produtos contratados deverão ser entregues, observando rigorosamente as especificações contidas no Projeto Básico, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta, bem ainda às normas vigentes, assumindo o contratado a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

f.1 A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do fornecimento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

f.2 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, respeitado o limite de venda individual do agricultor e do empreendedor familiar rural;

f.3 Indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do fornecimento. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

f.4 Aceitar, nas mesmas condições da Chamada Pública, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

f.5 A entrega dos produtos deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do Município.

f.6 Fornecer os produtos contratados nas condições estipuladas neste Edital, no projeto de venda e no contrato.

f.7 O contratado se compromete a fornecer os gêneros alimentícios conforme padrão de identidade e qualidade estabelecida na legislação vigente, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Ministério da Saúde e do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), e especificações de acordo com os anexos dessa chamada pública. É parte integrante dessa chamada pública o anexo com estimativa de consumo anual, de fornecimento contínuo;

f.8 O contratado se compromete a fornecer os gêneros e produtos alimentícios produzidos pela Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, conforme cronograma de entrega definido pela Secretaria de Educação do Município.

f.9 As embalagens quando desmembradas deverão obedecer à legislação vigente e as características próprias de cada produto, bem como apresentar-se em boas condições de conservação e higiene; com os produtos adequadamente acondicionados em caixa de papelão, embalagens plásticas, sacos de nylon e outros tipos de acondicionamento que

garantam a integridade do produto. Durante o transporte essas embalagens devem permanecer em caixas plásticas devidamente higienizadas.

f.10 Fica reservado à Secretaria de Educação de Acopiara o direito de aceitar ou não, alteração no fornecimento quanto à classificação dos produtos, exceto por conta de problemas climáticos que poderão afetar a produção.

f.11 Ressarcir os danos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO.

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o(a) CONTRATADO(A) receberá o valor total de R\$ _____ (_____) conforme listagem anexa a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL

No valor mencionado na Cláusula Sétima estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

PAGAMENTO: O pagamento será feito na proporção da entrega dos produtos fornecidos, segundo as ordens de compras/autorizações de fornecimento expedidas pela administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do contratado, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste subitem, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do contratado.

Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

REAJUSTE: Os valores constantes das propostas/projetos de venda não sofrerão reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses da sua contratação, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 9.666/93, alterada e consolidada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

PROJ/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

Caberá a Contratante requisitar e fiscalizar, periciar e atestar a nota fiscal/fatura, e promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

Pela execução insatisfatória do contrato, tais como produtos não entregues, produtos estragados, omissão e outras faltas, bem como pelo descumprimento de qualquer das condições constantes nesse Edital, se sujeita a contratada às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa de:

b.1 0,3 % (três décimos por cento) ao dia sobre o valor estimado da contratação, no caso de atraso na execução do objeto, limitado a trinta dias;

b.2 10,0 % (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação, no caso de atraso na execução do objeto por período superior ao previsto na alínea "b.1", ou em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.3 20,0 % (vinte por cento) sobre o valor estimado da contratação, no caso de inexecução total da obrigação assumida;

c) suspensão temporária do direito de participar de processo e impedimento de contratar com o Município de Acopiara-CE, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

e) apresentar documentação exigida para o certame;

f) fraudar na execução do contrato;

Subcláusula primeira - O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo Município à contratada ou cobrado judicialmente.

Subcláusula segunda - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do subitem anterior podem ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

Subcláusula terceira - As penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" também poderão ser aplicadas ao contratado, conforme o caso, que tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos do processo ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração.

As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Acopiara.

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,033% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Logo que acuse o recebimento de comunicação do CONTRATADO acerca de glosas e penalidades a CONTRATADA poderá interpor recurso:

a) ao gestor deste contrato, no caso de glosa na nota fiscal/fatura, no caso de aplicação de penalidade; apreciado em instância única, quando não reconsiderada a decisão.

Subcláusula primeira - Caberá à CONTRATADA recorrer, a contar da notificação feita pelo CONTRATADO, nos seguintes prazos:

a) 30 (trinta) dias corridos, no caso de glosa na nota fiscal/fatura;

b) 3 (três) dias corridos, no caso de aplicação de penalidade.

Subcláusula segunda - Compõe a comunicação mencionada no subcláusula anterior, documentação detalhada, indicando os itens que foram objeto de glosa, bem como os motivos de interesse público que moveram a autoridade pública a praticar tais atos.

Subcláusula terceira - Findo o prazo estabelecido nos incisos acima, a não manifestação da CONTRATADA importará na aceitação das glosas ou penalidades aplicadas.

CLÁUSULA ONZE – DA RESCISÃO

O inadimplemento de cláusula estabelecida neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATADO** o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, constituem motivos para a rescisão deste contrato:

- a) atraso injustificado na execução do contrato, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATADO**;
- b) cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do **CONTRATADO**.

Subcláusula Única – Nos casos em que a **CONTRATADA** sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação da presente contratação desde que a execução do presente contrato não seja afetada e desde que a **CONTRATADA** mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

Ao **CONTRATADO** é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, da Lei nº 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

CLÁUSULA DOZE – DA VIGÊNCIA

O contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da assinatura do Termo Contratual e vigorará até ____ de _____ de _____, ou até entrega da totalidade dos produtos, prevalecendo o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada.

CLÁUSULA TREZE – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Fica estabelecido que o Regulamento Interno da **CONTRATADA** e suas normas complementares serão respeitados pelo **CONTRATADO** e seus responsáveis, desde que não contrariem o estipulado nas cláusulas deste Contrato.

O **CONTRATADO** deverá guardar pelo prazo de 05(cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

O **CONTRATANTE** se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos as Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

O **CONTRATANTE** em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

a) Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do **CONTRATADO**;

b) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a **CONTRATANTE** alterar ou rescindir o contrato sem culpa do **CONTRATADO**, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

A Gestora do presente contrato ficará a cargo da Secretária de Educação.

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardada as suas condições essenciais.

O foro da Comarca de Acopiara é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

Conforme o disposto no parágrafo único, do artigo 61, da Lei nº 8.666/93 será publicado em jornal de grande circulação do Estado.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

ACOPIARA-CE, __ DE _____ DE _____.

SECRETARIA MUNICIPAL DE _____
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF Nº _____

2. _____ CPF Nº _____

ANEXO V
MODELO V.1

MODELO DE PROJETO DE VENDA PROPOSTO PARA OS GRUPOS FORMAIS

PROJETO DE VENDA DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ACOPIARA-CE.

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/ CHAMADA PÚBLICA 001/2023-SME.					
I - IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES GRUPO FORMAL					
1.Nome do Proponente:			2.CNPJ Nº:		
3. Endereço:			4.MUNICÍPIO/UF:		
5.E-mail:			6.DDD/FONE:	7.CEP:	
8. Nº DAP Jurídica:	9. Banco:	10. Agência:	11. Nº Conta:		
12. Nº de Associados	13-Nº de Associados de acordo com a Lei nº 11.326/2006		14. Nº de Associados com DAP Física		
15. Nome do representante legal	16. CPF _____		17. DDD/Fone:		
18. Endereço:			19. Município/UF:		
II - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC					
1. Nome da Entidade			2. CNPJ	3. Município / UF	
4. Endereço:			5- DDD/Fone:		
6. Nome do representante e e-mail:			7. CPF:		
III - RELAÇÃO DE PRODUTOS					
1. PRODUTO	2. UNIDADE	3. QUANTIDADE	4. PREÇO DE AQUISIÇÃO*		5. CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
			4.1 UNITARIO	4.2- TOTAL	
					Semanalmente
Obs.: * Preço publicado no Edital da CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2023-SME					
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento					
Local e Data		Assinatura do Representante do Grupo Formal		Fone/E-mail	

ANEXO V
MODELO V.2

MODELO DE PROJETO DE VENDA PROPOSTO PARA OS GRUPOS INFORMAIS

PROJETO DE VENDA DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ACOPIARA-CE.

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/ CHAMADA PÚBLICA 001/2023-SME.					
I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES GRUPO INFORMAL					
1.Nome do Proponente:			2.CPF Nº:		
3.Endereço:		4.MUNICÍPIO/UF:		5.CEP:	
6.E-mail:			7.DDD/FONE:		
8.Organizado por Entidade Articuladora () Sim () Não		9. Nome da Entidade Reguladora (quando houver)		10. E-mail/Fone:	
II – FORNECEDORES PARTICIPANTES					
1. Nome do Agricultor(a) Familiar	2.CPF	3.DAP	4.Banco	5.Agência:	6. Conta Corrente:
1					
2					
III – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC					
1. Nome da Entidade			2. CNPJ	3. Município / UF	
4. Endereço:			5- DDD/Fone:		
6. Nome do representante e e-mail:			7. CPF:		
IV – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS					
1. Identificação do Agricultor(a) Familiar:	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço de Aquisição*/Unidade	6. Valor Global
					Total agricultor
Obs.: * Preço publicado no Edital da Chamada Pública nº 001/2023-SME				Total do projeto	
V – TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO					
1. Produto	2.Unidade	3.Quantidade	4.Preço/Unidade	5.Valor total por produto:	6. Cronograma de entrega:
1					Semanalmente
2					
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento					
Local e Data		Assinatura do Representante do Grupo Informal		Fone/E-mail	
Local e Data		Agricultores Fornecedores do Grupo Informal		Assinatura	
1					
2					

ANEXO V
MODELO V.3

MODELO DE PROJETO DE VENDA PROPOSTO PARA FORNECEDORES INDIVIDUAIS

PROJETO DE VENDA DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ACOPIARA-CE.

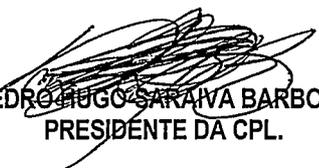
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/ CHAMADA PÚBLICA 001/2023-SME.					
I – IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR FORNECEDOR INDIVIDUAL					
1.Nome do Proponente:			2.CPF Nº:		
3. Endereço:	4.MUNICÍPIO/UF:		5. CEP:		
6. Nº DAP Física:	7.DDD/FONE:		8.E-mail:		
9. Banco:	10. Agência:		11. Nº Conta:		
II – RELAÇÃO DE PRODUTOS					
1. PRODUTO	2. UNIDADE	3. QUANTIDADE	4. PREÇO DE AQUISIÇÃO*		5. CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
			4.1 UNITARIO	4.2 TOTAL	
					Semanalmente
Obs.: * Preço publicado no Edital da CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2023-SME					
III – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC					
1. Nome da Entidade		2. CNPJ		3. Município / UF	
4. Endereço:			5- DDD/Fone:		
6. Nome do representante e e-mail:			7. CPF:		
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento					
Local e Data		Assinatura do Fornecedor Individual		CPF	

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOPIARA-CE
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2023

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOPIARA- CE, através da Secretaria de Educação, representada neste ato pela Secretária Municipal, a Sra. REGINA MARIA DE ARAÚJO, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no §1º do art. 14, da Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, e Resolução CD/FNDE nº 06/2020 alterada pela Resolução CD/FNDE nº 21/2021 que regem o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, vem realizar a **CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2023** para a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ACOPIARA-CE, CONFORME PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO DO EDITAL.** Os Grupos Formais/Informais deverão apresentar a documentação para Habilitação e Projeto de Venda até às **12h00min** do dia **09 DE AGOSTO DE 2023**, na Sede da Comissão Permanente de Licitação, situada a Avenida José Marques Filho, nº 600, Aroeiras- Acopiara - Ceará. Maiores informações no endereço citado, no horário de 08:00h às 12:00h e através do e-mail: licitaacopiara@gmail.com. A Comissão.

SER PUBLICADO DIA 20 DE JULHO DE 2023.

(JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO, DOE, DOU E SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL DO RESPECTIVO ENTE
FEDERATIVO - APRECE)


PEDRO HUGO SARAIVA BARBOSA
PRESIDENTE DA CPL.

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOPIARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE
ACOPIARA-CE AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2023

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOPIARA- CE, através da Secretaria de Educação, representada neste ato pela Secretária Municipal, a Sra. REGINA MARIA DE ARAÚJO, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no §1º do art. 14, da Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, e Resolução CD/FNDE nº 06/2020 alterada pela Resolução CD/FNDE nº 21/2021 que regem o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, vem realizar a CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2023 para a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ACOPIARA-CE, CONFORME PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO DO EDITAL. Os Grupos Formais/Informais deverão apresentar a documentação para Habilitação e Projeto de Venda até às 08h30min do dia 09 DE AGOSTO DE 2023, na Sede da Comissão Permanente de Licitação, situada a Avenida José Marques Filho, nº 600, Aroeiras- Acopiara - Ceará. Maiores informações no endereço citado no horário de 08:00h às 12:00h e através do e-mail:licitaacopiara2@gmail.com.

A COMISSÃO.

Publicado por:
Pedro Hugo Saraiva Barbosa
Código Identificador:8B8F7514

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 474/2023 ACOPIARA-CE. 17 DE JULHO DE
2023. NOMEIA OS MEMBROS DIRETORES DO CONSELHO
MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE -
COMDEMA NA FORMA QUE INDICA.

PORTARIA Nº 474/2023 ACOPIARA-CE. 17 DE JULHO DE 2023.

NOMEIA OS MEMBROS DIRETORES DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA NA FORMA QUE INDICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ACOPIARA, ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 88, II, 'a', da Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.419, de 16 de maio de 2007, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente- COMDEMA; CONSIDERANDO, ainda, o Decreto nº 40, de 14 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente; CONSIDERANDO, por fim, a Portaria nº 355, de 18 de maio de 2023, que nomeou os membros para compor o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente;

RESOLVE:

Art. 1º, Nomear, nos termos do Decreto Municipal nº 40, de 14 de dezembro de 2018 e dentre os indicados na Portaria nº 355/2023, os seguintes membros para compor a diretoria do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente -COMDEMA, na forma que indica:

NOME	CONDIÇÃO
Beatriz Dias Pinto	Presidente
Antônia Luzia de Souza	Vice-presidente
Talina Guedes Ribeiro	1ª Secretária
Maria Socorro Oliveira de Souza Moura	2ª Secretária

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CIENTIFIQUE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMpra-SE.

Paço da Prefeitura Municipal de Acopiara/CE, em 17 de julho de 2023.

ANA PATRICIA DE LIMA BARBOSA
Prefeita em Exercício

Publicado por:
Vilaria Batista de Lemos
Código Identificador:B969FE5D

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA 496, DE 17 DE JULHO DE 2023. AUTORIZA A
CESSÃO DE SERVIDORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA 496, de 17 de julho de 2023.

AUTORIZA A CESSÃO DE SERVIDORES, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE ACOPIARA, no uso das atribuições oriundas da Lei Orgânica do Município, CONSIDERANDO o disposto no Termo de Convênio de Cooperação Técnica AD1/CV 057/2013 firmado entre esta municipalidade e o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;

RESOLVE:

Art.1º - Ficam cedidos para a Vara Única da Comarca de Acopiara, por autorização expressa desta Portaria, os servidores efetivos:

I - Raquel Pinho Bezerra, CPF: 039.856.303-99;

II -Antonio Marcos da Silva Araújo, CPF: 005.913.093-86.

Art.2º - O Município poderá, por interesse público e necessidade da administração, requisitar de volta aos seus quadros funcionais os servidores cedidos por esta Portaria.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL, em 17 de julho de 2023.

ANA PATRICIA DE LIMA BARBOSA
Prefeita em Exercício

Publicado por:
Vilaria Batista de Lemos
Código Identificador:B508E472

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA 497, DE 17 DE JULHO DE 2023. AUTORIZA A
CESSÃO DE SERVIDORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA 497, de 17 de julho de 2023.

AUTORIZA A CESSÃO DE SERVIDORES, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE ACOPIARA, no uso das atribuições oriundas da Lei Orgânica do Município, CONSIDERANDO o disposto no Termo de Convênio de Cooperação Técnica AD1/CV 057/2013 firmado entre esta municipalidade e o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;

RESOLVE:

Art.1º - Ficam cedidos para a 2ª Vara Cível da Comarca de Acopiara, por autorização expressa desta Portaria, os servidores efetivos:

I - Francisca Leitão da Silva, CPF:026.689.253-12;

II - Deynne Moura de Oliveira, CPF: 048.981.743-29.

POLÍTICA



MACÁRIO BATISTA

POLÍTICA

Prefeito de Fortaleza participa do programa Bloomberg Harvard Leadership Initiative

O programa oferece a 40 prefeitos e 80 líderes municipais seniores educação executiva e treinamento em gestão para promover sua liderança, fortalecer suas prefeituras e entregar resultados para as comunidades. Os prefeitos são provenientes de 27 cidades dos Estados Unidos e 13 cidades internacionais de nove países e seis continentes. A medida que as cidades se encontram na linha de frente para enfrentar desafios cada vez mais globais, a Iniciativa de Liderança Municipal da Bloomberg Harvard anunciou a sétima turma de 40 prefeitos e 80 líderes municipais seniores de suas cidades que participarão do programa de treinamento em gestão profissional de um ano. Estabelecida pela Bloomberg Philanthropies, pela Harvard Kennedy School e pela Harvard Business School como um programa pioneiro para ajudar a preencher a lacuna no desenvolvimento executivo para o setor público, a Iniciativa de Liderança Municipal da Bloomberg Harvard capacita prefeitos e líderes municipais seniores com as ferramentas e o conhecimento necessários para expandir sua capacidade de resolução de problemas, fortalecer suas prefeituras e melhorar os resultados para os residentes. Com o anúncio de hoje, a Iniciativa de Liderança Municipal da Bloomberg Harvard conta com a participação de 275 prefeitos e mais de 470 líderes municipais seniores desde o seu lançamento em 2017. A turma deste ano apresenta um grupo diversificado e internacional de prefeitos que estão transformando suas cidades e o mundo, e estamos felizes em reuni-los todos em Nova York", disse Michael R. Bloomberg, fundador da Bloomberg LP e Bloomberg Philanthropies e 108º prefeito da cidade de Nova York. "Os prefeitos enfrentam vários desafios urgentes no momento, desde a pobreza até as mudanças climáticas e a segurança pública. Este programa foi criado para ajudar a fortalecer a capacidade de liderança deles e capacitá-los a agir com coragem. Estamos ansiosos para trabalhar em estreita colaboração com esta nova turma ao longo do ano e ver os resultados que eles trarão para os milhões de residentes que eles atendem. Os prefeitos são provenientes de nove países, incluindo Brasil (1), Canadá (4), África do Sul (2), Estados Unidos (27) e os prefeitos da América do Sul (3), Países Baixos (1), Nova Zelândia (1), Arábia Saudita (1) e Suécia (1). Dois terços (27) são dos Estados Unidos e um terço (13) são de cidades internacionais. 40% dos prefeitos (16) são de cidades com populações entre 200.000 e 1 milhão de habitantes, 45% (18) são de cidades com menos de 200.000 habitantes e 15% dos prefeitos (6) são de cidades com populações acima de 1 milhão de habitantes. Da América do Sul está o Prefeito José Sarto Nogueira Moreira – Fortaleza, Brasil.

Frase: "Acordo equilibrado entre Mercosul e União Europeia abrirá novos horizontes". Lula em Bruxelas.

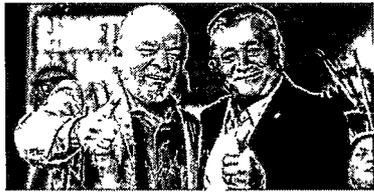


FOTO DIVULGAÇÃO

Chegando. Líder do governo Lula (PT) na Câmara dos Deputados, Jose Guimarães (PT-CE) afirmou que "está consolidada" a adesão do PP e do Republicano à base governista no Congresso. Guimarães disse que o presidente Lula ainda "não bateu o martelo" sobre quais ministérios ofertará aos partidos, mas ressaltou que os nomes colados para ocupar ministérios são aqueles colados pela imprensa, dos deputados federais André Fulcuca (PP-MA) e Sívio Costa Filho (Republicanos-PE).

Visita ilustre
Domingos Filho, quer dizer, o PSD, deve receber no Tava, hoje, 20, comitiva do Governo do Estado sob comando do Governador. Falam na conversa da Secretária dos bichos, mas o bicho que pega é o PSD no Governo.

Dinheiro novo
A iniciativa, cujos detalhes estão disponíveis em bndes.gov.br/setorativo, destinará R\$ 1 bilhão para projetos que visem aumentar a segurança alimentar e promover a mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas.

Um edital
O BNDES e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) da ONU lançaram nesta semana, a 18, na sede do Consórcio Nordeste em Brasília, o edital Sertão Vivo.

Balancê balancê
US\$1,5 bil de dólar na segunda semana de julho. Este é o superávit da balança comercial do Brasil. Ai o carinha do Banco Central aumentou a taxa de juros.

Mais informações de Macário Batista: e-mail: macariobatista@uol.com.br
macariobatista.blogspot.com

Bolsonaristas enviam pedido de impeachment de Barroso

O ministro do Supremo declarou, em evento da UNE na última semana, que "derrotamos o bolsonarismo". Aliados do ex-presidente têm reagido

Um grupo de deputados e senadores protocolou na manhã desta quarta-feira (19) no Senado um pedido de impeachment do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luis Roberto Barroso após sua fala sobre bolsonarismo em evento da União Nacional dos Estudantes (UNE) na semana passada. No último dia 12, Barroso disse que "nós derrotamos o bolsonarismo", o que provocou reações de deputados aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), assim como do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Estiveram no Congresso nesta quarta para protocolar o pedido os senadores Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e Jorge Seltf (PL-SC), além dos deputados Carlos Jordy (PL-RJ) e Cabo Gilberto Silva (PL-PE). Segundo eles, ao menos 11 assinaturas de senadores (de um total de 81 da casa) e 70 de deputados (de um total de 513) de dez partidos: PL, MDB, Novo, União Brasil, PSDB, PP, Podemos, Republicanos, PSD e Patriota. A mobilização foi articulada por aliados de Bolsonaro, que, em seu mandato na Presidência, já chegou a xingar Barroso. Seif justificou que o número de signatários tende a aumentar, uma vez que é difícil mobilizar os congressistas durante o recesso parlamentar.

A declaração de Barroso na UNE levou desgosto ao Supremo, que se mobilizou para explicar as declarações com a divulgação de duas notas oficiais em menos de 24 horas, em nome da corte e em nome do ministro, para refutar as



O pedido foi protocolado pelos senadores Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e Jorge Seltf (PL-SC) e deputados Cabo Gilberto Silva (PL-PE), Paulo Fernando (Republicanos-DF) e Carlos Jordy (PL-RJ)

acusações de atuação política e partidária. O STF disse que ele "referia-se ao voto popular e não à atuação de qualquer instituição". O ministro afirmou que não quis ofender eleitores de Bolsonaro e se referia ao "extremismo golpista". Líder da oposição na Câmara, Jordy afirmou que a declaração de Barroso na UNE é "infeliz" e "fere de morte a lei do impeachment, a Constituição e a democracia". "Não está entre as atribuições de um ministro do Supremo derrotar ninguém e sim zelar e guardar a Constituição. Se ele quer derrotar alguém, que seja nas urnas, mas que seja candidato. É esse tipo de comportamento que não podemos mais tolerar", disse.

Flávio Bolsonaro, filho de Jair Bolsonaro, disse que durante o governo de seu pai ele sempre atuou para distensionar a relação entre o Executivo e o STF, mas que neste mo-

mento era preciso "traçar uma linha do que é republicano e do que é democrático". "Com que legitimidade o ministro Barroso assume agora a presidência do Supremo? Com que moral ele vai assumir a presidência do CNJ? Para punir magistrados que por ventura tenham feito manifestações de cunho político e partidário como ele fez", disse. "Os remédios que foram usados e continuam sendo usados para supostamente defender a democracia arrombaram a nossa democracia", seguiu Flávio.

Os parlamentares também afirmaram acreditar que a declaração de Pacheco criticando a fala de Barroso na UNE contribuiu para que o pedido não seja engavetado. Pacheco classificou de infeliz, inadequada e inoportuna a fala de Barroso.

Flávio Bolsonaro também criticou inquiridos no âmbito do Supremo que miram Bolsonaro e aliados, afirmando

que são "aberrações jurídicas" com inclusão de novos fatos "conforme a conveniência de um ministro do STF". "A pacificação do país vai se fazer com encerramento desses inquéritos que são burocras negros, aberrações jurídicas que punam para dentro, enquanto estão abertos há anos, novos fatos conforme a conveniência de um ministro do STF", disse.

Ele criticou ainda a Procuradoria-Geral da República (PGR) por ter solicitado ao Supremo que empresas de redes sociais enviem um arquivo com a lista completa e os dados de identificação de todos os seguidores de Bolsonaro, afirmando que o órgão faz isso para constranger o ex-presidente. O pedido foi feito no âmbito do inquérito que investiga atos golpistas de 8 de janeiro. O relator é o ministro Alexandre de Moraes.

www.estadoonline.com.br

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOPIRANE - AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2023 - A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Acopi-rane - CE, inscrita no CNPJ nº 13.129.870/0001-10, no ato de sua publicação, resolve convocar para a licitação nº 01/2023, no ato de sua publicação, a seguinte licitação: **CONTRATO Nº 01/2023** - Objeto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI**. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis para consulta e download no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de recebimento das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia 26 de julho de 2023, no endereço eletrônico: www.licitacoes.org.br. O prazo de entrega das propostas e habilitação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, até às 14h00min (quatorze horas) do dia

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOPIARA

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2023

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Acopiara-CE, através da Secretaria de Educação, representada neste ato pela Secretária Municipal, a Sra. Regina Maria de Araújo, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no §1º do art. 14, da Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, e Resolução CD/FNDE nº 06/2020 alterada pela Resolução CD/FNDE nº 21/2021 que regem o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, vem realizar a Chamada Pública Nº 001/2023 para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados aos alunos da rede municipal de ensino da Secretaria de Educação do município de Acopiara-CE, conforme projeto básico de referência em anexo do edital. Os Grupos Formais/Informais deverão apresentar a documentação para Habilitação e Projeto de Venda até as 08h30min do dia 09 de agosto de 2023, na Sede da Comissão Permanente de Licitação, situada a Avenida José Marques Filho, nº 600, Aroeiras- Acopiara - Ceará. Maiores informações no endereço citado no horário de 08:00h às 12:00h e através do e-mail:licitacaopara2@gmail.com / https://www.acopiara.ce.gov.br/licitacaolista.php.

Acopiara-CE, 19 de julho de 2023.
PEDRO HUGO SARAIVA BARBOSA
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANABUIÚ

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 2023.07.12.01. Referente ao Pregão Eletrônico Nº 04.003/2023-PE. OBJETO: Aquisição de Veículo para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Banabuiú/CE, CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Saúde, GESTOR ORDENADOR, Weyber Douglas Silva Nobre. VALOR DO CONTRATO: R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais). CONTRATADO: United Car Ltda, CNPJ sob o nº 15.668.566/0005-97. DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 12 de julho de 2023. VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRO

AVISO DE ALTERAÇÃO

O Agente de Contratação do Município de Barro/CE, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, a alteração do Termo de Referência da Dispensa de Licitação nº 2023.07.14.1 publicada no dia 14 de julho de 2023, pag. 184, Seção 3, Incluem-se os itens 6.2.1 e 6.2.2. Destaca-se, que fica reaberto o prazo podendo eventuais interessados apresentarem Propostas de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 23h59min59seg do dia 24/07/2023. As propostas de Preços poderão ser entregues na Sede da Prefeitura Municipal de Barro, sito a Rua Alaide Feitosa, nº 140 - Jardim São Francisco, no horário das 8:00hrs às 13:00hrs em dias úteis e/ou enviadas pelo e-mail: dispensalicitacaobarro@gmail.com até a data e horário limite acima, a contar desta Publicação. Maiores informações na sede da Comissão de Licitação, situada na Rua Alaide Feitosa, nº 140, na cidade de Barro/CE, no horário de 08:00 às 12:00 horas, ou através do telefone (88) 3554-1612.

Barro-CE, 19 de julho de 2023.
HEITOR FERNANDES FELIX

AVISO DE ALTERAÇÃO

O Agente de Contratação do Município de Barro/CE, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, a alteração do Termo de Referência da Dispensa de Licitação nº 2023.07.14.2 publicada no dia 14 de julho de 2023, pag. 184, seção 3, Incluem-se os itens 6.2.1 e 6.2.2. Destaca-se, que fica reaberto o prazo podendo eventuais interessados apresentarem Propostas de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 23h59min59seg do dia 24/07/2023. As propostas de Preços poderão ser entregues na Sede da Prefeitura Municipal de Barro, sito a Rua Alaide Feitosa, nº 140 - Jardim São Francisco, no horário das 8:00hrs às 13:00hrs em dias úteis e/ou enviadas pelo e-mail: dispensalicitacaobarro@gmail.com até a data e horário limite acima, a contar desta Publicação. Maiores informações na sede da Comissão de Licitação, situada na Rua Alaide Feitosa, nº 140, na cidade de Barro/CE, no horário de 08:00 às 12:00 horas, ou através do telefone (88) 3554-1612.

Barro-CE, 19 de julho de 2023.
HEITOR FERNANDES FELIX

AVISO DE ALTERAÇÃO

O Agente de Contratação do Município de Barro/CE, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, a alteração do Termo de Referência da Dispensa de Licitação nº 2023.07.14.3 publicada no dia 14 de julho de 2023, pag. 184, Seção 3, Incluem-se os itens 6.2.1 e 6.2.2. Destaca-se, que fica reaberto o prazo podendo eventuais interessados apresentarem Propostas de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 23h59min59seg do dia 24/07/2023. As propostas de Preços poderão ser entregues na Sede da Prefeitura Municipal de Barro, sito a Rua Alaide Feitosa, nº 140 - Jardim São Francisco, no horário das 8:00hrs às 13:00hrs em dias úteis e/ou enviadas pelo e-mail: dispensalicitacaobarro@gmail.com até a data e horário limite acima, a contar desta Publicação. Maiores informações na sede da Comissão de Licitação, situada na Rua Alaide Feitosa, nº 140, na cidade de Barro/CE, no horário de 08:00 às 12:00 horas, ou através do telefone (88) 3554-1612.

Barro-CE, 19 de julho de 2023.
HEITOR FERNANDES FELIX

AVISO DE ALTERAÇÃO

O Agente de Contratação do Município de Barro/CE, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, a alteração do Termo de Referência da Dispensa de Licitação nº 2023.07.14.4 publicada no dia 14 de julho de 2023, pag. 185, Seção 3, Incluem-se os itens 6.2.1 e 6.2.2. Destaca-se, que fica reaberto o prazo podendo eventuais interessados apresentarem Propostas de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 23h59min59seg do dia 24/07/2023. As propostas de Preços poderão ser entregues na Sede da Prefeitura Municipal de Barro, sito a Rua Alaide Feitosa, nº 140 - Jardim São Francisco, no horário das 8:00hrs às 13:00hrs em dias úteis e/ou enviadas pelo e-mail: dispensalicitacaobarro@gmail.com até a data e horário limite acima, a contar desta Publicação. Maiores informações na sede da Comissão de Licitação, situada na Rua Alaide Feitosa, nº 140, na cidade de Barro/CE, no horário de 08:00 às 12:00 horas, ou através do telefone (88) 3554-1612.

Barro-CE, 19 de julho de 2023.
HEITOR FERNANDES FELIX

PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

CREDENCIAMENTO Nº 10/2023.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Baturité/CE, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando Credenciamento para o seguinte objeto: Chamamento Público, para Credenciamento de pessoas físicas/jurídicas para a prestação de serviços para atender as demandas da Secretaria de Saúde, conforme especificações constantes do Anexo I do edital, com fundamentação legal na Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislações pertinentes e as condições e especificações estabelecidas. Os documentos deverão ser entregues até às 10h do dia 04 de agosto de 2023, na Sede da Comissão de Licitação, localizada à Travessa Cicero Segundo da Costa, S/Nº, Bairro Centro, em Baturité-CE, no horário de 08h às 12h.

Baturité-CE, 19 de julho de 2023.
NYLMARA GLEICE MOREIRA DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBERIBÉ

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 1.19.02/2023

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados que a fase de abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços dos licitantes habilitados na Tomada de Preços Nº 01.19.02/2023, cujo objeto: Contratação de empresa para execução de pavimentação em pedra tosca na comunidade de Barrinha dos Linos no Distrito de Parajuru, junto a Secretaria de Infraestrutura do Município. (Contrato de Repasse nº 912856/2021 - PT 1075448-54), será realizada no dia 27/07/2023 às 09h, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Rua: João Tomaz Ferreira, nº 42, Bairro: Centro, Beberibe/CE, ficando todos os licitantes intimados nos termos do inc. III do art. 43 da lei 8666/93.

JOSIMAR GOMES SOUSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO SANTO

AVISO DE ALTERAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-07.04.2/2023-DIVERSAS

Pregão Eletrônico Nº. PE-07.04.2/2023-DIVERSAS, publicado no DOU dia 05/07/2023, página: 188, seção: 3. Objeto: aquisição de material para comunicação visual, serviços de gráfica rápida, impressão de material de segurança e impressos em geral, para suprir as necessidades dos diversos Órgãos Administrativos (Secretarias) da Prefeitura Municipal de Brejo Santo-CE, conforme especificações e detalhamentos constantes no termo de referência.

A Comissão Permanente de Licitação, com fulcro no Art. 22, CAPUT, do Decreto Nº. 10.024, DE 20/09/2019, torna público a correção no quantitativo dos itens do lote II do processo acima, sem reabertura de prazo, considerando que, inquestionavelmente, a alteração não afeta a formulação das propostas, uma vez que, na plataforma da bil, onde os licitantes vão informar seus preços, foram disponibilizados os quantitativos dos itens do citado lote de forma corretas, não causando estas, efetivamente, nenhuma repercussão negativa para participação dos potenciais licitantes. Maiores informações, ler ou obter o texto integral do edital com sua retificação no endereço eletrônico acima, na sala da Comissão, situada na Rua José Matias Sampaio, Nº. 234, Centro, através do fone (88) 3531-1042, das 08h:00m às 12h:00m e, ainda, no sítio: (www.tce.ce.gov.br).

Brejo Santo -CE, 19 de julho de 2023.
ÉRITON GEORGE SALES BERNARDO
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2023-PE

A Pregoeira de Canindé-CE torna público para conhecimento dos interessados que, no próximo 21 de julho de 2023 às 10h (horário de Brasília), através do endereço eletrônico: www.bilcompras.org.br - "Acesso Identificado no link específico", em sessão pública por meio de comunicação via internet, iniciará os procedimentos de recebimento das propostas de preços, encerrando no dia 02 de agosto de 2023 às 12h (horário de Brasília) o procedimento de recebimento de propostas. A partir das 12h (horário de Brasília) do dia 02 de agosto de 2023 dará início à abertura das propostas, e, em seguida, a partir das 13h iniciará a formalização de lances e documentos de habilitação da licitação modalidade Pregão Eletrônico Nº 041/2023-PE, cujo objeto é a aquisição de 01 (uma) ambulância "tipo a", ambulância de transporte: veículo destinado ao transporte em decúbito horizontal de pacientes que não apresentem risco de vida, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Canindé-CE, conforme especificações contidas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital, o qual encontra-se disponível no endereço acima, no horário de 07h30min às 13h30min.

Canindé - CE, 19 de Julho de 2023.
CLAUDIANA DE FREITAS ALVES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2023-TP

A Comissão de Licitação comunica aos interessados que no próximo dia 07 de Agosto de 2023, às 10h, estará abrindo Licitação na Modalidade Tomada de Preços Nº 04/2023-TP, cujo Objeto é a Construção do Ponto de Apoio na localidade de Boqueirão no Município de Caridade/CE, Conforme Projeto Básico Anexo I. O Edital completo estará à disposição dos interessados nos dias úteis após esta publicação no horário de 08h às 12h, no Endereço da CPL à Rua Dr. Plácido Pinto, S/Nº, Bairro Centro, Caridade e no Site: http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes.

Caridade-CE, 19 de Julho de 2023.
JOSÉ RIBAMAR LEITÃO ARRUDA
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Quartos Aditivos aos Contratos decorrente do Pregão Eletrônico Nº 1012.01/2018-04, cujo objeto é a contratação dos serviços de locação de veículos com motoristas para atender as necessidades dos programas assistenciais primeira infância SUAS, CRAS e CREAS da Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Município de Cedro - CE. Contratante: Secretaria do Trabalho e Assistência Social. Contratado: Martins Locações e Transporte - ME, CNPJ sob o nº 27.854.245/0001-32, com sede à Av. Zezé Jucá, Nº 01, Lagoa do Mato, Itaitira - CE - CEP 62.720-000, neste ato representada por seu proprietário o Sr. Elton Martins Freires de Sena, R.G. nº 2005014157707 SSP/CE e CPF nº 057.266.063-45. Da Prorrogação: O presente aditivo tem por finalidade a prorrogação do prazo do contrato resultante do procedimento licitatório acima referido. O prazo dos contratos Nº 1802.01/2019-04 (Primeira Infância SUAS) e Nº 1802.02/2019-04 (CREAS) anteriormente pactuado será prorrogado pelo período de 11 (onze) meses a partir da data de sua

